

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, na sala da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual realizou a sexta reunião para tratar de assuntos inerentes ao seu funcionamento. Presentes o Juiz Dr. Rommel Conrado e a Juíza Dra. Leopoldina, a servidora Adriana S. Alcantara e o servidor Lúcio Wanderley. Foram tratados assuntos já anunciados previamente bem como aqueles que derivaram das discussões: a princípio foi exposta a situação do Fórum Eleitoral sobre o suposto assédio moral e sexual por parte de servidor terceirizado. O caso consta do SEI nº 4006-2, enviado para o Dr. Rommel, resultou na ouvida de servidores(as) envolvidos e mais a do servidor Paulo Roberto, lotado na Diretoria do Fórum eleitoral. A ouvida foi presenciada por Luara Nobre e Benedito Sergio; em seguida foi colocada a necessidade de continuidade da campanha para divulgação da existência da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Assédio Sexual bem como a necessidade de atualizar a portaria com a designação dos integrantes da Comissão; restou decidido que será aguardado o resultado do recurso apresentado ao CNJ acerca da necessidade de se compor uma comissão para o primeiro grau e depois passaríamos à redação de um termo que possa trazer as competências da Comissão, submetida à Presidência do TRE. Dra. Leopoldina sugeriu a elaboração de um documento que demonstrasse as competências da Comissão; foi exposto e analisado o caso do servidor Olavo que encontra-se lotado na segurança do TRE e que teria sido, conforme relato do Lucio Wanderley, abordado pela Cel. Fatima para que passasse a usar uma camisa considerada adequada para a sua função. Dr. Rommel se comprometeu a falar com o Diretor Geral e com a Coronel sobre o caso, Lucio Wanderley informou sobre a existência de um procedimento administrativo que prevê o uso de vestimentas próprias para os servidores que trabalhem na segurança. A Dra. Leopoldina afirmou que a Comissão tem que ser um canal de acolhimento e escuta e restou combinado que o servidor Olavo seria ouvido pela Comissão na presença do Assistente Social. Lucio sugeriu a ouvida para a próxima semana e comentou sobre o grande número de servidores que se afastam por problemas psicológicos e que devem ser acolhidos. Adriana falou sobre a necessidade de capacitação voltada para os servidores terceirizados e policiais que assumem a segurança do TRE. Considerou importante que se pense na elaboração de cursos e Lucio Wanderley sugeriu que as falas fossem gravadas para que precedessem as próximas contratações de servidoras(es) no TRE. Adriana informou que iniciou a pesquisa sobre a profissional que faria a fala para as equipes de servidores do TRE. Em seguida a Dra. Leopoldina sugeriu consultar a ascom sobre o meio mais efetivo de fazer chegar ao publico as postagens de instagram que promovem a Comissão o que ficou para Adriana

providenciar. Ficou decidido ainda que a portaria com a nova composição será providenciada com urgência.